

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.504 - ES (2019/0303469-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : SAMUEL CLETO DE SOUSA**  
**ADVOGADO : SAMUEL CLETO DE SOUSA - ES022194**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : MANOEL SERGIO OLIVEIRA PIONTKOOSKY (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MANOEL SERGIO OLIVEIRA PIONTKOOSKY no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Consta dos autos que o paciente teve decretada sua prisão preventiva pela suposta prática das condutas descritas nos arts. 121, § 2º, I e IV, e 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 80):

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA. 1. O excesso de prazo não se configura a partir de uma simples operação aritmética de soma dos prazos que são abertos durante a instrução criminal, devendo ser analisada à luz das peculiaridades do caso concreto, mediante observância dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 2. De acordo com a súmula nº 52 do STJ encontra -se superada a alegação de excesso de prazo com o encerramento da instrução criminal. 3. Ordem denegada.*

Na presente impetração, a defesa sustenta que o paciente encontra-se preso provisoriamente há mais de 4 anos e 2 meses. Alega que "*o paciente foi preso em 10 de agosto de 2015 e está sendo processado com a imposição da constrição de sua liberdade ambulatorial até o momento, sem, contudo, a primeira fase (iudicium accusationis) ter chegado ao termo final*" (e-STJ fl. 5).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva (e-STJ fls. 3/8).

É, em síntese, o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal, máxime diante da fundamentação exarada pela instância ordinária, *"uma vez que apenas nos anos de 2018/2019 os autos permaneceram aguardando pronunciamento defensivo ou com carga dos autos para as defesas por mais de 06 (seis) meses. Somado a isso, quando do julgamento do remédio constitucional registrado sob o nº 0027611-02.2018.8.08.0000, foi observado que a instrução processual foi paralisada pela instauração de conflito de competência, que só restou firmada em dezembro de 2017, havendo, logo em seguida aditamento da denúncia"* (e-STJ fl. 82).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

